

Novo ator na crise

A única coisa que não tem data marcada neste país é a aprovação do Orçamento. No mais, tudo tem data. Até os planos econômicos são referidos ao calendário gregoriano e, juntamente com eles, a estabilidade da base parlamentar de apoio ao presidente da República. No encontro do chefe do governo com o presidente do Senado, o presidente Itamar Franco disse ao senador Humberto Lucena que até 21 de abril comunicará às lideranças partidárias o seu plano econômico e, depois do plebiscito, as novas condições institucionais contribuirão para que mude fundamentalmente o caráter da base política de apoio a seu governo. Temos, pois, a crônica de um plano e de uma reforma ministerial anunciados.

Se o presidente Itamar Franco lesse com menos preconceito os jornais, tomaria ciência de que aquilo que os agentes econômicos mais estão temendo não é tanto um plano sem sentido como todos os que já foram feitos, mas a ausência de orientação no plano econômico. A fala de ontem do ministro Eliseu Resende, no Senado, parece ter tido um sentido tão genérico que não deve ter trazido tranqüilidade aos que temem as variações do humor do chefe de governo mais do que o confisco dos ativos financeiros. Essa intranqüilidade, é preciso que se diga, não afeta apenas os agentes econômicos; não foi por nada que, no fim de semana,

alguém em Brasília se lembrou de que a Constituição necessita ser regulamentada, votando-se lei que preveja como proceder à substituição do vice-presidente da República... Em poucas palavras, os políticos, por mais que disfarcem para não agravar a crise, têm receio do futuro. Receio tão mais fundado, quanto é público e notório que o grupo de Juiz de Fora, apesar do que o presidente da República difundiu a propósito de sua irritação com o advogado-geral da União, continua mandando no Planalto, portanto, no País.

Que continua dirigindo a política geral do governo, continua. Ainda ontem, o ministro Hargreaves reuniu muitos colegas seus para discutir a imagem política do governo e como fazer para que houvesse mais articulação entre as diferentes pastas. O curioso é que houve ministro que não sabia para que tinha sido convocado, nem tampouco que o presidente da República não compareceria à reunião, presidida assim por quem aos poucos vai assumindo papel de primeiro-ministro, que faz esperar os deputados a quem serviu durante anos de assessoria parlamentar... Tudo isso faz que a crise se agrave — a real, a crise na economia, a crise de credibilidade nas instituições, a crise de confiança na democracia. Quan-



tas vezes o leitor já ouviu pessoas do povo se lembrarem com saudade do tempo em que a inflação era medida anualmente (o tempo dos militares, expressamente referido)? Quantas vezes sentiu que, para o homem comum, a democracia deve ser algo mais do que simplesmente votar, ou então, na confusão mais que generalizada, a inflação sendo mensal e não anual, os deputados ganhando muito, muito mesmo, o presidente dizendo-se condoído com os pobres e nada fazendo para minorar seu sofrimento, que isto que aí está, esta barafunda toda, chama-se democracia?

Sinal de que a crise é grave é que os militares romperam sua posição de silêncio. Não falamos daqueles que se elegeram para esta ou aquela função legislativa. Falamos de um almirante da ativa, comandante da Escola Superior de Guerra, que na aula inaugural da ESG, anteontem, falou sobre a política econômica e todos os erros que, a seu ver, foram cometidos, levando o País ao risco de uma convulsão social. Pior do que tudo, para quem conhece o apego que os militares têm pela idéia do Brasil Grande, é o temor manifestado pelo almirante Hernani Goulart Fortuna de que o Brasil saia do Terceiro Mundo e caminhe para o

Quarto Mundo, principalmente se for mantido o atual quadro internacional. O discurso do almirante Fortuna preocupa não tanto pelo fato de S. Exa. ser comandante da ESG — afinal sem a projeção político-militar que teve anos atrás —, mas por ter sido proferido por um oficial da ativa. Quando a essa fala se associa a audiência que o presidente da República concedeu aos presidentes dos clubes militares — o Clube Militar, o da Marinha e o da Aeronáutica —, tem-se a sensação de que, como se diz na linguagem castrense, a situação começou a fermentar. Fermentação tão mais forte quanto não foi apenas para tratar de aumento de vencimentos que os três generais da reserva pediram audiência. O problema da isonomia e dos soldos foi um dos discutidos na reunião do presidente Itamar Franco com os oficiais da reserva. Tanto assim é que sobre os demais assuntos nada se falou. Ora, se se tratasse apenas de “vencimentos”, todos teriam o que dizer.

Talvez falem na assembléia de hoje do Clube Militar.

A crise se aprofunda e o presidente dela não toma consciência, entregando a direção do País ao grupo de Juiz de Fora. Um dia, o País se perguntará a quem deve apelar para resolver problemas que se eternizam e que se tornaram agoniantes. Encontrará, neste quadro convulsionado, alguém a quem recorrer?